

Birmânia: Barroso espera «desenvolvimentos positivos»

Diario Digital_26 novembro 2007

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, disse hoje à Agência Lusa em Díli admitir «desenvolvimentos positivos» na situação da Birmânia. «Mesmo um regime tão fechado como o de Myanmar (Birmânia) sente-se, pelo menos, obrigado a reconhecer a necessidade de alguma cooperação», declarou Durão Barroso em entrevista à Agência Lusa durante a sua visita oficial a Timor-Leste.

O presidente da Comissão Europeia participou na semana passada em Singapura, na Cimeira ASEAN-UE (entre as Nações do Sudeste Asiático e a União Europeia), antes de prosseguir uma viagem oficial que o levou a Jacarta, Díli, Hanói e, esta semana, Pequim e Nova Deli.

«Havia um ministro de Rangun em Singapura que, além do discurso de não-interferência nos assuntos internos, que todas as ditaduras usam e que nós já conhecemos, também acrescentou que o regime birmanês quer cooperar com a missão do enviado-especial» das Nações Unidas, frisou Durão Barroso.

«Mais do que a análise, interessa a acção», sublinhou Durão Barroso sobre a posição de Bruxelas na crise birmanesa.

«A UE está a fazer muito» para conseguir uma transição democrática em Rangun, acrescentou Durão Barroso, salientando que »80 por cento das intervenções do lado europeu na Cimeira foram sobre isso«. «Não ficaram quaisquer dúvidas dos nossos parceiros sobre a importância que atribuímos à questão», afirmou Durão Barroso.

Em Jacarta, onde Durão Barroso realizou a primeira visita oficial de um presidente da Comissão Europeia, a situação birmanesa esteve na agenda do encontro com o Presidente indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono.

«Não me compete entrar em detalhe mas tivemos uma longa conversa», disse Durão Barroso à Lusa.

«Encorajei muito o Presidente Susilo a desenvolver esforços para uma transição em Myanmar e ele está muito interessado nisso», acrescentou.

«É preciso não esquecer que o próprio Presidente Susilo é um antigo general, que compreendeu no seu próprio país a necessidade de terminar com uma situação autocrática e de pôr as Forças Armadas ao serviço de um projecto de modernização política e económica da Indonésia», recordou o presidente da Comissão Europeia.

«Julgo que a sua voz poderá ser ouvida com especial atenção em Rangun», disse ainda Durão Barroso.

Ressalvando «não ser um especialista na matéria», Durão Barroso considera que «o que está a desestabilizar a situação em Myanmar não é a posição da comunidade internacional mas o próprio regime de Rangun».

«O regime está a desestabilizar a região», acusou Durão Barroso.

«A situação traduziu-se numa violação flagrante dos direitos humanos, que os próprios países vizinhos têm dificuldade em explicar. É um factor de atrito», constatou ainda o presidente da Comissão Europeia.

«É do interesse dos países vizinhos contribuírem para a resolução dos problemas de Myanmar», respondeu Durão Barroso à questão do papel da Índia e da China na situação birmanesa.

A posição da UE e dos vizinhos da Birmânia »não sendo necessariamente idêntica, é convergente e complementar«, afirmou Durão Barroso. «Não sei qual é a posição dos generais de Rangun», explicou Durão Barroso.

«Mas nos nossos parceiros há uma determinação cada vez maior no apoio a uma transição democrática. Se estes nossos sinais forem transmitidos com firmeza, há uma hipótese de serem entendidos em Rangun», concluiu o presidente da Comissão Europeia.

Crianças recrutadas como soldados na Birmânia

Fatima Missionaria_23 novembro 2007

Os direitos dos menores são gravemente violados no país. ONU reconhece progressos, mas alerta para atropelos.

Graves violações dos direitos das crianças, incluindo o recrutamento para grupos armados, continuam na Birmânia. O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, lança o alerta num novo relatório, onde apela ao governo local que tome medidas para resolver o problema, que é comum ao exército governamental e às milícias não-estatais.

"Embora tenha havido progressos no diálogo com o governo da Birmânia e dois movimentos não-governamentais, o relatório observa que continuam a existir graves violações dos direitos das crianças", afirma Ki-moon, na síntese do relatório entregue ao Conselho de Segurança.

Apesar de constatar progressos em vários domínios, incluindo o compromisso assumido pelo governo de que nenhum menor de 18 anos será recrutado, o relatório documenta "padrões na idade de recrutamento" por parte do governo.

Entre estes menores estão as mais "pobres e não acompanhadas na rua, crianças vulneráveis com promessas de comida e abrigo". Outras crianças são levadas pela polícia por não terem um cartão de identificação nacional, a quem é oferecida a possibilidade de serem presas ou irem para o exército.

Sócrates defende aplicação de sanções à Birmânia

Diario de Noticias_27 novembro 2007

O primeiro-ministro, José Sócrates, defendeu hoje em Singapura a aplicação de sanções políticas à Birmânia numa tentativa de "acelerar" um processo lento e remeteu para as autoridades birmanesas a responsabilidade pela democratização do país.

"Na opinião da União Europeia, a aplicação de sanções à Birmânia visa acelerar um processo que tem andado muito devagar", declarou José Sócrates, que presidiu hoje de manhã à cimeira comemorativa dos 30 anos das relações entre a União Europeia e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em Singapura. Falando na sua qualidade de presidente em exercício da União Europeia, José Sócrates considerou que "as autoridades birmanesas têm agora uma responsabilidade internacional que é a de andar mais depressa naquilo que é o processo de reconciliação e o processo de democratização do país".

Depois de lembrar as manifestações das últimas semanas, José Sócrates alertou o Governo birmanês para que "aproveite esta oportunidade [as manifestações] para responder de forma concreta com acções que permitam verificar uma vontade política de progredir, no sentido da democracia". No entanto, e falando em nome dos 27, José Sócrates manifestou-se preocupado com a situação, "cujos progressos têm sido muito insuficientes".

"É preciso ir mais além, o Governo tem obrigação de aproveitar esta oportunidade para encetar passos significativos no sentido da reconciliação", reiterou. O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, também presente neste encontro de Singapura, partilhou a posição de José Sócrates, defendendo igualmente a aplicação de sanções "dirigidas contra o regime, e não contra a população".

A este propósito, Durão Barroso, salientou que a posição dos países da EU é igualmente sustentada pelos pertencentes à ASEAN. "É natural que os países da ASEAN - por razões culturais e de proximidade geográfica

- não queiram aplicar exactamente o mesmo tipo de medidas da UE, mas a verdade é que também estão a manifestar a sua preocupação pela situação na Birmânia e apoiaram explicitamente os esforços do representante do secretário-geral das Nações Unidas", declarou.

Enviado da ONU pede que governo e oposição dialoguem em Mianmar

Folha_23 novembro 2007

O enviado especial da ONU para Mianmar, Ibrahim Gambari, pediu nesta terça-feira que a junta militar inicie conversas formais com a líder de oposição Aung San Suu Kyi, que está sob prisão domiciliar desde 2003. Gambari disse aos jornalistas que o atual diálogo entre o governo e Suu Kyi se encontra em uma "fase preliminar".

O processo deve evoluir para negociações formais o mais cedo possível, acrescentou. O diplomata nigeriano expressou sua opinião durante a Cúpula do Fórum da Ásia Oriental, em Cingapura, após uma reunião com o primeiro-ministro cingapuriano, Lee Hsien Long, cujo país ocupa este ano a Presidência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

Em uma entrevista coletiva conjunta, Gambari disse que a ONU continuará atuando junto à comunidade internacional na direção que o povo de Mianmar desejar. Lee afirmou que em Mianmar não cabe um "retrocesso". Ele repetiu que os líderes do Sudeste Asiático defendem a libertação de Suu Kyi e dos milhares de presos políticos como princípio de um processo de reconciliação nacional.

Em Cingapura, Gambari se reuniu mais uma vez com o primeiro-ministro de Mianmar, general Thein Sein. Esta semana o diplomata vai visitar Vietnã, Laos e Camboja. Gambari chegou a Cingapura ontem. Ele pretendia aproveitar a Cúpula da Asean para informar aos países-membros sobre suas gestões. Mas a organização atendeu a um pedido de Mianmar e decidiu se manter à margem das negociações da crise, cedendo assim à ONU o papel de interlocutora exclusiva. A Asean assinou ontem o embrião de sua futura Constituição, estabelecendo uma comissão de direitos humanos que foi criticada por se basear no princípio de não-ingerência, o que limitará sua pressão sobre Mianmar.

Há esperança em Mianmar se pressão continuar, diz enviado da ONU

Reuters_21 de novembro 2007

Há uma boa chance de instauração da democracia em Mianmar caso a comunidade internacional mantenha a pressão sobre o regime militar, disse na quarta-feira o enviado especial das Nações Unidas para questões de direitos humanos no país, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro.

A reação mundial contra a repressão dos generais aos protestos pró-democracia de setembro "definitivamente obtiveram alguma coisa", disse Pinheiro a jornalistas, alertando, porém, para os perigos de a pressão internacional se esvaír. "Seria perdida uma boa oportunidade de transição", afirmou ele em entrevista coletiva por telefone, após sua primeira viagem em quatro anos à antiga Birmânia.

Pinheiro disse ter ficado animado pelo grande número de jovens que participaram pacificamente dos protestos de setembro. "Agora o único caminho é a comunidade internacional falar menos e mostrar mais ação coordenada. Não vejo outra possibilidade por enquanto", acrescentou.

Segundo ele, serão especialmente importantes as manifestações da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e da China. Falando de Rhode Island (EUA), onde leciona na universidade Brown, Pinheiro disse ser importante que os países tentem aproximar suas posições.

Ele confirmou que o governo de Mianmar lhe revelou que 15 pessoas, inclusive um fotógrafo japonês, morreram em Yangon durante a repressão às manifestações, iniciadas por monges budistas. Disse, porém, que não teve como verificar a informação.

Pinheiro pôde visitar cinco presos políticos em Yangon, mas não deu detalhes. O representante da ONU apresenta no mês que vem um relatório aprofundado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O brasileiro também não quis dizer se havia sinais de tortura contra os presos. "Entretanto, temo que alguns dos presos estejam sendo interrogados em condições preocupantes."

ASEAN: Sócrates defende aplicação de sanções à Birmânia

Diario Digital_22 novembro 2007

O primeiro-ministro, José Sócrates, defendeu hoje em Singapura a aplicação de sanções políticas à Birmânia numa tentativa de «acelerar» um processo lento e remeteu para as autoridades birmanesas a responsabilidade pela democratização do país.

«Na opinião da União Europeia, a aplicação de sanções à Birmânia visa acelerar um processo que tem andado muito devagar», declarou José Sócrates, que presidiu hoje de manhã à cimeira comemorativa dos 30 anos das relações entre a União Europeia e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em Singapura.

Falando na sua qualidade de presidente em exercício da União Europeia, José Sócrates considerou que «as autoridades birmanesas têm agora uma responsabilidade internacional que é a de andar mais depressa naquilo que é o processo de reconciliação e o processo de democratização do país».

Depois de lembrar as manifestações das últimas semanas, José Sócrates alertou o Governo birmanês para que «proveite esta oportunidade [as manifestações] para responder de forma concreta com acções que permitam verificar uma vontade política de progredir, no sentido da democracia».

No entanto, e falando em nome dos 27, José Sócrates manifestou-se preocupado com a situação, «cujos progressos têm sido muito insuficientes». «É preciso ir mais além, o Governo tem obrigação de aproveitar esta oportunidade para encetar passos significativos no sentido da reconciliação», reiterou.

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, também presente neste encontro de Singapura, partilhou a posição de José Sócrates, defendendo igualmente a aplicação de sanções «dirigidas contra o regime, e não contra a população».

A este propósito, Durão Barroso, salientou que a posição dos países da EU é igualmente sustentada pelos pertencentes à ASEAN. «É natural que os países da ASEAN - por razões culturais e de proximidade geográfica - não queiram aplicar exactamente o mesmo tipo de medidas da UE, mas a verdade é que também estão a manifestar a sua preocupação pela situação na Birmânia e apoiaram explicitamente os esforços do representante do secretário-geral das Nações Unidas», declarou.

ONU diz que Mianmá não alcançou ponto para avançar rumo à democracia

EFE_19 novembro 2007

O enviado especial da ONU para Mianmá (antiga Birmânia), Ibrahim Gambari, assinalou que a Junta Militar que governa o país ainda não alcançou o esperado ponto para iniciar o processo de reconciliação nacional, mas, após suas duas viagens ao país, considerou que foram dados passos nessa direção.

Em entrevista publicada, nesta segunda-feira, pelo jornal "The Straits Times", Gambari destacou o fato de o regime lhe permitir reunir-se com Aung San Suu Kyi, líder da oposição que permanece sob prisão domiciliar desde 2003 e que estaria convencida de que existe uma mudança de atitude dentro da Junta Militar. "Ela disse que os sinais são promissores e tem a percepção de que o regime parece mais comprometido com um diálogo e o avanço da situação", disse o diplomata nigeriano.

Também destacou o fato de a Junta Militar ter autorizado a visita, na semana passada, do relator especial da ONU para os direitos humanos em Mianmá, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, que depois de quatro anos vetado pelo regime pôde se encontrar com vários presos políticos birmaneses na penitenciária de segurança máxima de Insein. Gambari também observou uma mudança de atitude em relação à Junta Militar por parte de China e Índia, seus principais suportes políticos, assim como da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

No entanto, o diplomata reconheceu que não observa mudanças imediatas no horizonte, embora tenha assegurado que elas acontecerão graças ao trabalho diplomático e à retomada do diálogo entre o regime e a oposição liderada por Aung San Suu Kyi. Gambari deve assistir como convidado à Cúpula da Ásia Oriental, que na quarta-feira acontecerá em Cingapura, um dia depois da 13ª Cúpula de chefes de Estado e de Governo da Asean.

Ministros da UE pedem "medidas concretas" de abertura em Mianmar

EFE_19 novembro 2007

Os ministros de Exteriores da União Européia (UE) pediram hoje que o regime de Mianmar (antiga Birmânia) liberte os presos políticos e os detidos durante os recentes protestos, e que inicie "medidas concretas" para uma abertura democrática. Os ministros aprovaram conclusões nas quais lembraram que a UE está estudando impor novas sanções ao regime birmanês, além das aprovadas em outubro passado, e insistiram em que o bloco europeu está disposto a apoiar o país asiático se este iniciar "um processo de transição".

"Se a situação melhorasse, a UE estaria pronta para rever as medidas restritivas", segundo o texto em referência às sanções. O Conselho de Ministros da UE ressaltou a importância da declaração do líder opositor Aung San Suu Kyi, divulgada pelo enviado especial da ONU, Ibrahim Gambari, na qual propôs uma nova via de diálogo e reconciliação com a Junta Militar que governa Mianmar.

Por isso, a UE pediu que o Governo birmanês lance um "diálogo construtivo" para levar o país à democracia e à estabilidade. A UE exigiu também a suspensão de todas as restrições que pesam sobre Suu Kyi, que está em prisão domiciliar desde 2003, e que, em 1991, recebeu o prêmio Nobel da Paz e o prêmio europeu Sakharov.

O partido de Suu Kyi, a Liga Nacional pela Democracia (LND), venceu por arrasadora maioria as eleições legislativas realizadas em 1990, cujos resultados nunca foram aceitos pelos generais, que desde 1962 regem o país. As sanções européias aprovadas em outubro passado dizem respeito aos novos investimentos, assim como a proibição da importação de produtos madeireiros, de mineração e de pedras preciosas ou semipreciosas, e restringir também a venda a Mianmar de equipamentos relacionados a estes setores.

UE aprova novas sanções contra Mianmar

AFP_19 novembro 2007

A União Europeia aprovou formalmente nesta segunda-feira novas sanções contra Mianmar, entre elas o embargo das importações de madeira e metais procedentes daquele país. As medidas entrarão em vigor imediatamente, segundo o texto aprovado.

Também está sendo proibida a compra de minerais e pedras preciosas ou semipreciosas birmanesas, o que diz respeito a 1207 empresas. Ficam também suspensas as exportações europeias para o país de bens de consumo destinados a esses setores, assim como novos investimentos em empresas locais.

As sanções não afetam o setor energético, tal como pretendia a França, que investe no país através do grupo Total. A UE também ampliou a lista de personalidades do regime birmanês que não podem viajar a seu território e têm seus bens congelados, depois da dura repressão ao movimento de protesto liderado por monges budistas em setembro passado. A junta militar birmanesa é objeto desde 1996 de duras sanções europeias, reforçadas em abril de 2007, entre elas um embargo à venda de armas e de todo o material que possa servir para reprimir.

Cúpula da Asean cancela reunião com emissário da ONU sobre Mianmar

Ultimo Segundo-19 novembro 2007

Os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), reunidos em uma cúpula na Cidade de Cingapura, cancelaram nesta segunda-feira um informe do emissário da ONU em Mianmar, Ibrahim Gambari, devido às objeções da junta militar desse país, anunciou o chanceler da Malásia.

"A reunião informativa foi anulada. Mianmar considera que trata diretamente com as Nações Unidas e que é uma questão relativa a seus assuntos internos", afirmou Syed Hamid Albar. A cúpula da Asean teve início nesta segunda-feira, na Cidade de Cingapura, e Mianmar deveria dominar a agenda de discussões do grupo, que celebra seus 40 anos de existência.

Os dirigentes dos dez países membros do grupo ficarão reunidos até quarta-feira na capital de Cingapura, submetida a rígidas medidas de segurança. Os principais temas da 13ª reunião de cúpula da Associação será a assinatura de uma Carta comum, destinada a dotar o grupo de maior peso político em nível internacional, e as negociações visando à criação de um mercado comum a partir de 2015. No entanto, todos os olhares estavam voltados para a atitude da Asean em relação a Mianmar, país membro que, em setembro, reprimiu violentamente um movimento pacífico liderado pelos monges budistas.

Myanmar: Aung San Suu Kyi disposta a dialogar com junta

Diario Digital_9 Novembro 2007

A opositora birmanesa Aung San Suu Kyi anunciou hoje estar «disposta a cooperar» com a junta militar no poder para iniciar um diálogo político, numa mensagem entregue ao enviado especial da ONU Ibrahim Gambari. «No interesse do país, estou disposta a cooperar com o governo para chegar a um processo de diálogo» político com a junta, declarou Aung San Suu Kyi.

Ibrahim Gambari leu a mensagem de Suu Kyi durante uma conferência de imprensa num hotel em Singapura, quando chegou de Rangun. O enviado especial da ONU encontrou-se hoje com Suu Kyi, no último dia da sua segunda missão na Birmânia.

Na sua mensagem, Suu Kyi agradeceu às Nações Unidas pelo seu «constante apoio» à reconciliação nacional, democracia e direitos humanos na Birmânia. «Nesta altura de absoluta necessidade de solidariedade democrática e unidade nacional, é meu dever ter em consideração os interesses e opiniões do mais vasto leque possível de organizações políticas e forças, sobretudo as que representam as diversas etnias», disse.

«Com esse fim estou empenhada em seguir o caminho construtivo do diálogo e convido o governo e todos os partidos relevantes a acompanharem-me com o mesmo espírito», adiantou. À noite, a televisão estatal birmanesa anunciou que Aung San Suu Kyi se encontrará sexta-feira com quadros do seu partido e um ministro nomeado pelo regime militar para reatar as relações com ela.

Aung San Suu Kyi, de 62 anos, prémio Nobel da Paz, tem estado em prisão domiciliária a maior parte dos últimos 18 anos e não era autorizada a encontrar-se com os membros do seu partido, a Liga Nacional para a Democracia (LND), desde Maio de 2004. Com o ministro do Trabalho birmanês, o general na reserva Aung Kyi, encarregado pela junta de fazer a ligação com a opositora na sequência da repressão do movimento de protesto popular conduzido pelos monges budistas no final de Setembro, Suu Kyi vai encontrar-se pela segunda vez, depois de uma primeira reunião a 25 de Outubro.

Um porta-voz da LND confirmou uma reunião com a sua dirigente.

«O comité executivo central recebeu um convite para se encontrar com Aung San Suu Kyi amanhã (sexta-feira)», declarou Nyan Win à agência noticiosa francesa AFP, sem adiantar mais pormenores. Para a ONU, «existe agora um processo em curso» que poderá conduzir a «um diálogo importante entre o governo e Aung San Suu Kyi».

«Quanto mais cedo esse diálogo se iniciar, melhor para a Birmânia», sublinhou. Durante um encontro quarta-feira com o primeiro-ministro birmanês, o general Thein Sein, Gambari alertou contra um «regresso ao status quo de antes da crise».

O diplomata passou agora quatro dias na Birmânia, tendo sido recebido na capital Naypydaw (centro) por segundas figuras do regime. Gambari levava uma mensagem do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, destinada especificamente ao chefe de Estado birmanês, o generalíssimo Than Shwe. Um comunicado das Nações Unidas precisa que Gambari foi convidado a «voltar à Birmânia» e que pensa poder fazê-lo «nas próximas semanas».

No entanto, a junta militar rejeitou a proposta da ONU de um «encontro a três» entre Gambari, Suu Kyi e o representante dos generais e anunciou, na véspera da chegada do enviado especial das Nações Unidas, que o chefe da equipa da ONU em Rangun, François Charles Petrie, era considerado indesejável na Birmânia por ter denunciado a pobreza e o sofrimento da população. Por outro lado, os militares deram um sinal positivo ao autorizarem a deslocação ao país, entre 11 e 15 de Novembro, do relator especial das Nações Unidas para os direitos humanos na Birmânia, Paulo Sérgio Pinheiro, a quem não eram dados vistos desde 2003.

Líder opositora expressa otimismo sobre reconciliação nacional em Mianmar

Folha online_9 novembro 2007

A líder opositora birmanesa Aung San Suu Kyi se reuniu hoje com membros de seu partido, a Liga Nacional para a Democracia (LND), e disse se sentir "muito otimista" diante de um processo de reconciliação nacional no país.

Segundo confirmaram fontes da formação política, o encontro se desenvolveu "muito bem", informou a rádio "Mizzima". Suu Kyi preparou previamente a reunião com o general Aung Kyi, interlocutor oficial da Junta Militar de Mianmar, que no final da noite desta quinta-feira autorizou a Nobel da Paz a realizar a reunião com três membros do Comitê Executivo da LND.

A líder opositora, que está sob prisão domiciliar desde junho de 2003, não tinha contato direto com dirigentes de seu partido há mais de três anos, quando as autoridades permitiram que alguns políticos fizessem uma breve visita a Suu Kyi. Fontes da LND disseram que participou do encontro de hoje o presidente do partido, Aung Shwe. Também estiveram presentes U Lwin e Nyunt Mai, os dois membros do Comitê Executivo que na quinta-feira foram à capital administrativa de Naypyidaw para saber da decisão do regime.

Suu Kyi propôs na quinta-feira à noite uma nova via de diálogo e reconciliação nacional à Junta Militar, depois de se reunir com o enviado especial das Nações Unidas para Mianmar, Ibrahim Gambari. Segundo um comunicado da LND, a oferta é para um diálogo "regular, significativo e limitado no tempo", do qual também devem participar as outras forças da oposição democrática e representantes dos grupos étnicos.

"No interesse da nação, estou disposta a cooperar com o Governo para que este processo tenha êxito", disse Suu Kyi, em mensagem divulgada na quinta-feira à noite por Gambari, ao término da visita deste a Mianmar. Com Suu Kyi à frente, a LND venceu por arrasadora maioria as eleições legislativas realizadas em 1990, cujos resultados nunca foram aceitos pelos generais que regem o país desde 1962.

Nobel da Paz deixa prisão domiciliar para se reunir com ministro da junta birmanesa

Ultimo Segundo_9 novembro 2007

A líder da oposição birmanesa e prêmio Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi, saiu nesta sexta-feira da casa onde está confinada há anos para se reunir com um ministro nomeado pela junta militar para estabelecer relações com ela, informaram testemunhas.

O encontro foi confirmado pelo governo birmanês. Suu Kyi foi levada em um carro escoltado por outros veículos até a residência governamental onde estava prevista a reunião com o ministro do Trabalho, Aung Kyi, segundo as fontes.

Na noite de quinta-feira, a televisão estatal tinha anunciado que Suu Kyi se encontraria no dia seguinte com este intermediário nomeado pelo regime militar depois da violenta repressão no final de setembro de um movimento de protesto popular liderado pelos monges budistas. O ministro e a opositora se reuniram em uma primeira ocasião em 25 de outubro passado.

Além disso, a televisão anunciou ainda que Suu Kyi seria autorizada a se reunir também nesta sexta-feira com os principais líderes de seu partido, pela primeira vez há mais de três anos.

Myanmar: Líder da oposição reunida com partido

Correio de Manhã_10 novembro 2007

Aung San Suu Kyi, líder da oposição birmanesa, afirmou esta sexta-feira que a Junta Militar tem vontade de trabalhar para a reconciliação nacional, informou o porta-voz do grupo. As declarações de Suu Kyi foram proferidas durante uma reunião com três altos representantes da Liga Nacional para a Democracia (LND), o primeiro encontro autorizado pela Junta Militar desde Maio de 2004.

“Ela disse que deveríamos trabalhar num processo de cura”, disse o porta-voz Nyan Win, acrescentando que “Aung San Suu Kyi disse que pensava que as autoridades tinham a vontade (de trabalhar para a) reconciliação nacional”.

A líder da oposição referiu ainda que “os acontecimentos sombrios de Setembro e Outubro (a repressão pela Junta de um movimento de protesto popular) foram tristes não só para o LND, mas também para o Governo e a população”, disse o porta-voz.

Detenções e tortura em Myanmar prosseguem

Portugal Diario_11 novembro 2007

A Amnistia Internacional (AI) denunciou hoje que a Junta Militar de Myanmar (antiga Birmânia) continua a deter e a torturar pessoas, mantendo nas cadeias pelo menos 700 «presos políticos», cuja libertação imediata é exigida, noticia a Lusa.

Em comunicado divulgado pela sua sede em Londres, a organização anunciou ter enviado às autoridades de Rangum uma carta enumerando os «graves e contínuos» abusos dos direitos humanos perpetrados desde 26 de Setembro. Os generais birmaneses garantem só manter nas cadeias 91 de milhares de detidos nas sucessivas vagas de repressão de activistas pró-democracia.

A AI, com base em informações recebidas do terreno, insiste na existência de centenas de reclusos, incluindo menores e duas mulheres grávidas, muitos deles alvo de maus-tratos em celas superlotadas, onde escasseia a água e os alimentos, os medicamentos e os agasalhos.

A organização vai mais longe, revelando que, à falta de mais celas, há pessoas encerradas em canis.

«Um detido recentemente libertado contou ter sido obrigado a permanecer longos períodos ajoelhado sobre tijolos», destaca o comunicado da AI. O texto adianta que monges budistas - no centro dos protestos - foram despidos dos seus hábitos e forçados a comer à tarde, infringindo assim uma norma muito estrita da sua religião.

«Sequestros, detenções arbitrarias, espancamentos, tortura e desaparecimentos» continuam a ser praticados pelas autoridades birmanesas, de acordo com a AI, apesar de se terem comprometido a «cooperar plenamente». Entre os próximos dias 11 e 15, o relator especial da ONU para os Direitos Humanos, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, visita a Birmânia.

«Em vez de protestarem por uma alegada ingerência nos assuntos internos do país - por causa desta visita -, as autoridades birmanesas deviam cumprir o acordado», salienta a AI, que pediu ao dignitário brasileiro para obter uma lista completa dos detidos e sentenciados pela ditadura. Segundo estimativas, desde Setembro morreram duas centenas de pessoas e cerca de seis mil passaram pelos calabouços.

Junta Militar expulsa chefe da ONU: Gambari regressa hoje à Birmânia

Sapo_3 novembro 2007

A Junta Militar birmanesa ordenou a expulsão do chefe das Nações Unidas em Myanmar (ex-Birmânia), Charles Petrie, em resposta ao comunicado crítico emitido o mês passado pela representação da ONU no país. Os EUA dizem-se "escandalizados" com a decisão. O porta-voz da Casa Branca, Gordon Johndroe, disse que o "género de tratamento é completamente inaceitável e particularmente infundado".

A expulsão de Petrie, coordenador dos assuntos humanitários, foi confirmada pelo porta-voz do escritório da ONU em Bangucoque, Hak-Fan Lau. Petrie viajou ontem para Naypyidaw, a

capital administrativa, onde recebeu uma carta do Governo militar acusando-o de "agir além de sua capacidade ao emitir o comunicado."

O Governo militar acrescentou que "o comunicado danifica a imagem de Myanmar" por causa de seu conteúdo "muito negativo", e que deliberadamente ignora os avanços do país e "envia uma mensagem errada à comunidade internacional". A ordem de expulsão de Petrie ocorreu na véspera da chegada a Myanmar do enviado especial da ONU, Ibrahim Gambari, com a finalidade de promover a reconciliação nacional e a transição para a democracia.

Entretanto, pelo segundo dia consecutivo, a Junta Militar cortou o serviço de Internet numa nova tentativa de isolar o país. O bloqueio começou ontem por ordem dos serviços de informática do Ministério da Defesa, órgão responsável também por "acompanhar" e-mails e conversas telefônicas.

Durante as últimas duas semanas, membros da Oposição aumentaram as suas actividades na Internet para fazer chegar à comunidade internacional denúncias sobre a repressão e pedir uma maior pressão sobre a Junta Militar. A medida foi tomada um dia depois de cerca de 100 monges se manifestarem em Pakokku.

Enviado da ONU retorna ao país com proposta de reformas

Correio da Bahia_4 novembro 2007

O enviado especial da ONU para Mianmar, Ibrahim Gambari, chegou ontem a Yangun, em meio às críticas à Junta Militar por causa da decisão de expulsar o chefe da missão das Nações Unidas no país. Fontes da ONU em Bangcoc afirmaram que Gambari, que chegou em um voo vindo da Turquia, irá para Naypyidaw, a nova capital e a sede da cúpula militar que governa Mianmar. Trata-se da segunda visita de Gambari após a realizada em setembro, devido à repressão exercida pelo regime contra as manifestações pacíficas a favor da democracia.

Gambari deverá se encontrar novamente com o chefe da Junta Militar, general Than Shwe, e com a vencedora do prêmio Nobel Aung San Suu Kyi, presa em regime domiciliar desde 2003, mas não se sabe com exatidão a agenda do diplomata nigeriano. Fontes da Liga Nacional pela Democracia (LND), principal partido de oposição, presidido por Suu Kyi, afirmaram que seu comitê executivo está preparado para se reunir com Gambari durante a viagem.

"Discutiremos a atual situação política e as mudanças exigidas em Mianmar. Pediremos ainda a Gambari que não apenas ouça, mas atue e estabeleça um diálogo entre a LND e o governo militar", disse Nyan Win, o porta-voz da LND, à imprensa da dissidência birmanesa. Win disse também que o comitê pedirá a Gambari que faça o possível para convencer a Junta Militar a libertar Suu Kyi.

Outro ponto-chave da visita será a questão dos milhares de detidos durante os protestos, um assunto que preocupa o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, que deu as últimas instruções a Gambari na sexta-feira, na Turquia. Para a LND, a missão de Gambari só terá sucesso se seus encontros com a oposição acontecerem sem a presença de policiais ou funcionários do governo, o que não ocorreu na passagem anterior do enviado.